REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercado reage com otimismo

Bolsa de Valores fecha em alta e dólar cai no primeiro dia de operações após a aprovação da PEC, na madrugada de ontem

» ROSANA HESSEL

Miguel Schincariol/AFP - 29/1/19



Depois de oscilar negativamente na véspera, à espera da votação da PEC na Câmara, mercado financeiro reagiu bem à aprovação da reforma tributária

O mercado financeiro demonstrou mais otimismo, ontem, ao amanhecer com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma Tributária, a PEC 45/2019, aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados, após mais de 30 anos de discussões em torno do tema no Congresso, com poucos avanços. Após fechar com queda de 1,78%, na véspera — em meio à indecisão se haveria ou não votação e à sinalização do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) de que vai retomar a alta de juros nas próximas reuniões —, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) encerrou o pregão de com alta de 1,25%, a 118.897 pontos. O dólar comercial, por sua vez, recuou 1,3% frente ao real e finalizou o dia cotado a R$ 4,866 para a venda.

De acordo com analistas, a reação positiva reflete que, apesar dos vários problemas na redação da PEC aprovada pelos deputados, principalmente os jabutis que deixam o texto muito complexo, o atual sistema tributário ainda é muito pior, com excesso de regras e de alíquotas, além de ser cumulativo na cadeia total. Eles destacam que o processo de transição é bastante lento e o impacto ainda é incerto, por conta da indefinição do valor da nova alíquota, mas elogiam o fato de que haverá uma simplificação para os contribuintes com a unificação dos regimes de 27 unidades da Federação.

"Acho que é um divisor de águas, se a reforma aprovada ficasse só na unificação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) já teria valido a pena. Imagina ir de carro de São Paulo ao Rio e não ter que ficar calculando a quantidade de gasolina para não precisar encher o tanque no Rio porque lá o ICMS é muito maior do que em São Paulo?", exemplificou Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe da G5 Partner, empresa especializada em serviços financeiros. "Agora, postos da fronteira vão perder clientes, uma prova de que não é uma reforma que vai agradar a todos em um primeiro momento", acrescentou.

"A reforma tributária, comparada com o que a gente tem hoje, um sistema completamente caótico e irracional, melhora de forma significativa, diminui contenciosos fiscais e tributários, diminui dramaticamente a quantidade de alíquotas, vai acabar essa história de cada produto praticamente ter uma alíquota diferente, provocando uma briga infinita no Judiciário", avaliou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

> **É um divisor de águas, se a reforma aprovada ficasse só na unificação do ICMS já teria valido a pena. Imagina ir de carro de São Paulo ao Rio e não ter que ficar calculando a quantidade de gasolina para não precisar encher o tanque no Rio porque lá o ICMS é muito maior do que em São Paulo?"**
>
> ***Luis Otávio de Souza Leal,*** *economista-chefe da G5 Partner*

Muitas isenções

Os analistas demonstraram preocupação com o excesso de isenções tributárias e reduções de alíquota, que ainda não estão definidas e podem ser bem altas. Questionado sobre o assunto, o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, não deu sinal do valor dessa alíquota. Informou apenas que ela ainda será fixada durante o período de transição, até 2027, para a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), e entre 2029 e 2033, para o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). "Na verdade, o texto deixa a possibilidade de fazer ajustes finos nas alíquotas (para manter a carga tributária) até 2033", disse.

Na avaliação de Leal, da G5, a reforma ainda vai continuar confusa porque ela precisará ser regulamentada por lei complementar, mas ele não tem dúvida de que a alíquota, que ainda não está definida, deverá ficar acima de 25%, por conta do excesso de isenções tributárias incluídas durante a votação. "Como dizia Margaret Thatcher (ex-primeira-ministra britânica), se tem alguém recebendo sem trabalhar é porque alguém está trabalhando sem receber", citou o gestor.

Vale, da MB, também demonstrou preocupação com o excesso de exceções incluídas no texto, principalmente, às vésperas da votação na Câmara. "Os problemas foram aparecendo desde o relatório inicial. Tem exceções demais. Setores demais estão colocados ou em regimes específicos ou com corte significativo de alíquota, que já era alta em 50%, e, agora, um corte de 60% na alíquota. Essas exceções preocupam um pouco, porque não são setores pequenos, são setores que, no final, eventualmente, a gente pode acabar tendo uma alíquota final maior do que se imaginava antes para contemplar esses cortes colocados agora", alertou. Ele torce para que esses jabutis sejam retirados pelo Senado Federal, onde também será preciso a aprovação de três quintos de parlamentares da Casa, em dois turnos.

Mudanças no futuro

"O ideal, obviamente, seria que o texto fosse mais parecido com o da PEC 45. A gente não vai conseguir esse nível neste momento, mas é uma reforma inicial, um momento inicial que pode, no futuro, ter ajustes na emenda constitucional que demandem menos recursos políticos do que essa reforma, que é muito mais ampla e muito mais desgastante", afirmou Vale. "A partir dessa base inicial que a gente tem agora e, eventualmente, reformas adicionais que precisam ser feitas no futuro sejam mais fáceis de acontecer. Isso é bastante positivo de se pensar. Quer dizer, a gente está fazendo essa primeira grande reforma no futuro, eventualmente precisa, vai precisar de ajustes. Mas, pelo menos, a gente está passando por esse grande teste", acrescentou.

Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos, lembrou que os cinco tributos unificados pela reforma respondem por mais de 40% da arrecadação do setor público e também demonstrou preocupação com as alterações, porque elas reduziram o potencial da reforma. Ele lembrou que a alíquota de referência (padrão), varia entre 15%, em países em desenvolvimento, a 25%, em países mais desenvolvidos. "Do lado negativo, ressaltamos que a ampliação do rol de exceções pode contribuir para uma alíquota mais elevada. Do lado positivo, a redução dos benefícios tributários e o incentivo à formalização da economia pela adoção da não cumulatividade plena podem ajudar a se chegar a uma alíquota menor", destacou. "Vale ressaltar que, na proposta final, introduziu-se um artigo para assegurar que a carga tributária não será elevada. No entanto, é preciso destacar que isso depende também da referência a ser adotada", disse ele.

Basicamente, a reforma vai unificar cinco tributos em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. São três impostos federais — Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) —; um estadual — ICMS —; e um municipal — Imposto Sobre Serviços (ISS). Dessa forma, serão criados a CBS, federal, e o IBS, regional.

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Incentivo à compra de carros chega ao fim

» RAFAELA GONÇALVES

O governo anunciou, ontem, o fim do programa de descontos para baratear o preço dos carros populares, com a liberação integral dos recursos disponibilizados para as montadoras. O programa, que tinha prazo inicial previsto de quatro meses, terminou um mês após ser lançado, no início de junho, com o fim do montante destinado para o subsídio. A estimativa é que tenham sido vendidos cerca de 125 mil veículos com descontos.

Segundo dados oficiais, a última semana de junho foi o período de maior venda de veículos leves dos últimos 10 anos. Ao todo, foram liberados R$ 650 milhões dos R$ 800 milhões previstos aos descontos. Os R$ 150 milhões restantes serão usados para compensar a perda de arrecadação em impostos, causada pela redução do preço final dos veículos.

Ao longo do mês, nove montadoras aderiram ao programa e disponibilizaram 117 modelos de carros com preço mais baixo. Os descontos foram de R$ 2 mil a R$ 8 mil para carros de pequeno porte, com valor total de até R$ 120 mil. "Nós tivemos casos de redução de valor bem maior, 14%, 16%, até 21%, por conta do setor privado, das montadoras e concessionárias. Foi muito positivo porque o desconto era para carros até R$ 120 mil, mas acima de R$ 120 mil também aumentou a venda porque despertou o interesse", disse o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Geraldo Alckmin, ao apresentar o balanço do programa.

Com a estagnação do setor, as montadoras haviam suspendido a produção de carros, deram férias coletivas e promoveram demissões. "O programa salvou empregos, salvou a indústria e facilitou a população, com o imposto menor. Ajudou a indústria, que é uma cadeia produtiva longa", avaliou Alckmin, que definiu o programa como "um sucesso", mas afastou a hipótese de que seja prorrogado.

Ônibus e caminhões

A iniciativa continua para compra de caminhões, ônibus e vans até se esgotarem os recursos. Alckmin destacou que o ritmo do programa para o segmento é mais lento, pois entre os critérios para adquirir o desconto é necessário dar baixa em veículos antigos. Para caminhões, foram requisitados pelas montadoras, até o momento, R$ 100 milhões dos R$ 700 milhões disponíveis. Para ônibus, R$ 140 milhões de R$ 300 milhões.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Governo estima que 125 mil automóveis foram vendidos em um mês do programa de incentivo às montadoras

"Esse vai mais devagar", ponderou o ministro, "porque você tem que adquirir um ônibus ou caminhão e tirar de circulação. Nós fizemos uma reunião nesta semana com a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), e eles disseram que os Detrans estavam lentos em dar baixa em caminhão e ônibus velhos. E enquanto não der baixa, não tem crédito tributário, não consegue comprar o novo. Falei com o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), e eles se responsabilizaram em conversar com todos os Detrans".

Também foi divulgado o balanço da Anfavea, que apontou que o número de vendas de automóveis somou 189,5 mil unidades em junho, alta de 7,4% frente a maio. Na comparação anual, alta é de 6,4%.

De acordo com apresentação do presidente da Anfavea, Márcio de Lima Leite, o mês de julho ainda colherá a maioria dos emplacamentos referentes ao programa. "Foi uma excelente medida de curto prazo para aquecer o mercado, reduzir os estoques e, principalmente, proporcionar que mais consumidores, incluindo pessoas jurídicas na segunda fase, tivessem acesso aos veículos de entrada", explicou.

Leite afirmou ainda que o preço dos carros voltará a subir com o fim dos descontos patrocinados pelo governo. No entanto, o mercado espera que o efeito seja neutralizado pela redução no custo do crédito, já que existe a expectativa de o Banco Central (BC) começar a cortar a taxa básica de juros (Selic), no próximo mês. "Uma coisa pode compensar a outra, e o mercado manter a normalidade", avaliou.

Câmara nega benefício fiscal à BYD

Os deputados derrubaram, ontem, a "emenda Lula", incluída de última hora na reforma tributária e que concedia benefício fiscal à montadora chinesa BYD, que vai se instalar em Camaçari (BA). Por muito pouco, o governo não conseguiu os 308 votos necessários para manter o texto original — o placar foi de 307 pela manutenção da redação e 166 contrários. A "emenda Lula" enfrentou a resistência de representantes dos estados do Sul e do Sudeste, que patrocinaram um destaque supressivo apresentado pelo PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, para retirar o trecho do texto constitucional.

O argumento é que o benefício desfigura o espírito da reforma de cessar os benefícios tributários criados para estimular a instalação de empresas em diferentes regiões do País — mas que, com o passar do tempo, se converteram em guerra fiscal.

A inclusão do benefício à BYD no texto da reforma foi um pedido feito pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante as negociações. O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT) também procurou parlamentares para defender o benefício. Além da BYD, a medida também atenderia à Stellantis, cuja fábrica em Goiana (PE) tem o benefício tributário válido até o fim de 2025.